

MARLA MONIELY DE SOUZA PIRES

**TRABALHO DOCENTE E DESVALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL  
DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

GOIÂNIA  
2021

MARLA MONIELY DE SOUZA PIRES

**TRABALHO DOCENTE E DESVALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL  
DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Marcos Antonio da Silva

GOIÂNIA

2021

MARLA MONIELY DE SOUZA PIRES

## **TRABALHO DOCENTE E DESVALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof. Orientador: Dr. Marcos Antonio da Silva

---

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Prof. Convidado: Dr. Renato Barros de Almeida

---

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Nota final: \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, 16/06/2021

## **DEDICATÓRIA**

Com gratidão, dedico este trabalho a Deus pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada. Agradeço aos meus pais Anderson e Merenice por todo esforço investido na minha educação. Ao meu marido que acima de tudo é um grande amigo e que esteve ao meu lado durante todo meu percurso acadêmico.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado, em especial ao meu orientador, Marcos Antonio, seus valiosos ensinamentos fizeram toda diferença, e ao Prof. Dr. Renato Barros por aceitar ser o meu leitor.

“Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho” (PAULO FREIRE).

## RESUMO

O texto monográfico aborda a construção histórica da docência no Brasil, desde a chegada dos padres jesuítas, passando pela ditadura militar, destacando todos os embates, avanços e retrocessos da educação básica brasileira. Adota a pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo. Destaca a criação das principais leis e diretrizes que foram estabelecidas ao longo de todo o processo de construção da educação no País. Assinala a importância da formação continuada para a carreira docente. Enfoca o papel social do professor diante das demandas sociais impostas a ele, e como a sobrecarga de suas funções afetam o desempenho de seu trabalho. Conclui como o distanciamento social está afligindo o docente e seus alunos, e como a pandemia do Coronavírus escancarou as desigualdades sociais que já eram presentes no contexto educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desvalorização docente. Construção histórica da docência. Educação na pandemia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA NO BRASIL .....	11
2 O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS .....	22
3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: DESAFIOS E INCERTEZAS .....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS .....	44

## INTRODUÇÃO

Neste texto monográfico foi investigado a desvalorização do profissional da educação no Brasil, e como esta condição afeta o contexto da formação docente. Analisando de forma crítica as múltiplas consequências dos problemas enfrentados no âmbito profissional e pessoal daqueles/as que exercem a docência. O interesse a respeito do assunto partiu da observação acerca do descaso, tanto em nível governamental, quanto da população, presente no dia a dia da vida do/a professor/a, visto que é uma profissão com baixo status social. Portanto, a principal motivação para sustentar o presente estudo, reside na relevância que o tema possui para a minha vida, enquanto estudante do Curso de Pedagogia da PUC Goiás, para comunidade acadêmica, e para a sociedade.

Os conteúdos acessados para a construção deste texto assinalam que a desvalorização docente é o reflexo de variados problemas decorrentes de questões políticas, sociais e econômicas, que assim, geram salários baixos, a precarização do espaço de trabalho, a indisciplina de alunos. E essas são as principais questões expressas nas pesquisas, como as principais causas para que muitos professores desistam da profissão, ou que jovens não se interessem pela licenciatura. E que caracteriza uma tendência mais voltada para fatores estruturais, e bem menos, do que se supõe, para a atuação no ambiente da sala de aula.

Estudos apontam que a desvalorização da educação é uma questão histórica, portanto, há dificuldade para o reconhecimento da docência como uma profissão de prestígio, visto que ainda existem profissionais sem as devidas habilitações acadêmicas e pedagógicas necessárias para o exercício da profissão. Assim, é importante ressaltar que não basta o docente apenas dominar o conteúdo, é preciso saber ensinar, e ter as competências básicas para conduzir seu aluno ao conhecimento. Mas antes de tudo que sejam oferecidas condições para o exercício da docência, que perpassam desde a formação até às estruturais.

A globalização também tem uma grande influência na organização e na precarização das condições de trabalho, devido ao grande fluxo de ideias e conceitos, que modificam a sociedade significativamente, tornando frequente as discussões acerca da formação, com vistas ao desenvolvimento econômico (ao considerar a educação como mercadoria), tecnológico (devido ao crescente uso da tecnologia para

informação), e cultural. Tais movimentos provocaram diversas discussões, voltadas para a melhoria na educação já que está em constante mudança e visto que o mundo está cada vez mais tecnológico e virtual, ainda mais devido ao distanciamento social imposto devido à pandemia, suspendendo as aulas presenciais como medida de segurança, e houve a necessidade do estabelecimento de ensino remoto. Então, considerando a lógica do processo, há a necessidade da criação de diversos programas de valorização do trabalho docente ao longo da história, e que ainda segue a passos lentos, em idas e vindas, e que deveriam culminar com a contínua busca da qualificação e valorização da educação básica do Brasil.

A presente pesquisa tem como objetivo geral, investigar os fatores que contribuem para a desvalorização do profissional da educação no Brasil. E específicos: identificar a construção histórica da docência e sua desvalorização, no Brasil; interpretar os marcos legais vigentes, no País, para a atuação docente; e analisar a repercussão da desvalorização do trabalho docente para a sociedade brasileira.

Para atingir os objetivos acerca da problematização apresentada neste trabalho, os procedimentos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase qualitativa. As fontes utilizadas foram compostas por textos relacionados ao tema/problema publicados nas bases reconhecidas pela comunidade acadêmica (livros, artigos, dissertações, teses), além de regulações, que foram submetidos a análise e interpretação dos estudos já realizados acerca do tema “Trabalho Docente e Desvalorização do Profissional no Brasil”, cuja intenção é desvendar como se mostra este quadro e contribuir, com base nos resultados, tanto para o processo de minha formação, quanto para o meio acadêmico, em especial, para os profissionais de ensino que cotidianamente lidam com limitações históricas e estruturais no desempenho de suas funções.

# 1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA NO BRASIL

A seção aborda a construção histórica e a formação docente desde o período colonial, destaca aspectos da construção histórica da educação no Brasil, desde a chegada dos primeiros padres jesuítas até os dias atuais. Dialogando com autores como Aranha (2012), que em sua obra apresenta a história da educação brasileira, Lucyk e Graupmann (2017) que enfocam como era a educação durante o domínio dos padres jesuítas, Teixeira (2015), que destaca as consequências sofridas pelo profissional docente no período da ditadura militar, Ribeiro (1993) que analisa as revoltas da população durante o golpe militar, Saviani (2008) que comenta as tentativas de reformulação da educação nesta fase e Boutin e Camargo (2015), que relembram o quão violento foi o período da ditadura militar e as mudanças nos contextos sociais e econômicos para o País neste período e os autores Duarte e Mendes (2017), Saviani (2009), Scheibe (2010), Aquino; Borges e Puentes (2011), Sá e Alves Neto (2016) e Ens et al (2019) em suas obras enfocam a formação destacam leis e diretrizes importantes que compõem a história da educação brasileira, assim apresento de forma contextualizada o processo da construção da docência, no Brasil, com foco no processo histórico da formação de professores.

O homem é um ser histórico, construtor de culturas, portanto, as relações humanas são sempre multáveis, assim, constrói a história a partir das experiências vividas no presente, nesse sentido Aranha (2012, p. 06) argumenta que:

[...] estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. Pensar o passado, porém, não é um exercício de saudosismo, curiosidade ou erudição: o passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente.

A história da educação ocorre pela interação social, por diferentes relações culturais, pela transmissão dos mais diferentes conhecimentos e teorias. Sendo assim, existe uma relação direta entre história, sociedade e educação, que permite entender a sociedade e talvez até transformá-la. Ao estudar a história da educação vemos sua importância pois sua evolução está profundamente conectada à evolução da humanidade.

Delineando esse quadro, abordar-se-á com mais ênfase a história da educação brasileira, que iniciou com a chegada dos padres jesuítas, no século XVI, e que tinham a intenção de não só catequizar, mas civilizar os nativos. A esse respeito Aranha (2012, p.225) relata que “[...] a atividade missionária facilitava sobremaneira a dominação metropolitana e, nessas circunstâncias, a educação assumia papel de agente colonizador” e que, de acordo com Lucyk e Graupmann (2017, p.16), “[...] graças ao laborioso domínio conteudístico, a transmissão ao aluno pautava-se (e pautava-se, diga-se de passagem) na premissa de tudo que era explanado configurava-se enquanto verdade absoluta, isenta de questionamentos.”

A Companhia de Jesus atuou predominantemente, no Brasil, até meados do século XVIII. Até que o Marques de Pombal expulsou os padres jesuítas, e tentou implementar a chamada reforma pombalina, com um novo modelo de educação. Aranha (2012, p.321) adverte que:

De acordo com a historiografia tradicional, o marques de Pombal não conseguiu de imediato introduzir as inovações de sua reforma no Brasil, após ter desmantelado a estrutura jesuítica, o que teria provocado retrocesso de todo sistema educacional brasileiro.

Mesmo buscando inovações no contexto educacional brasileiro, retirando o modelo doutrinador praticado pelos padres Jesuítas, e destinando a educação ao poder do Estado para que fosse gratuita, baseando-se nos ideais do iluminismo e instituindo as aulas regias, não obteve sucesso com a reforma, como relata Ribeiro (1993, p. 02), “[...] o ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão as autoridades e modelos antigos.” Portanto, houve uma queda no nível de ensino, e até hoje colhem-se os frutos desse período.

Em 1808 a família real chega ao Brasil, marco importante para a educação nacional, haja vista que o rei institui diversas transformações administrativas. Dentre essas, a criação de escolas e, também, promoveu avanços culturais com a abertura do Museu Real, a biblioteca que veio a se tornar a Biblioteca Nacional posteriormente, e que antes era proibida (Aranha, 2012).

As mudanças, ocorridas no decorrer do século XIX, acarretaram grandes marcos para a educação brasileira, com a criação de leis para a institucionalização educacional. Foi muito importante, a Lei de 1827 que estabelecia a criação de escolas

de primeiras letras e a alteração nos direitos dos professores e mestres, entre outras medidas importantes para educação, e a Constituição Republicana, de 1891. Todas foram significativas para esse período, pois “[...] consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias” (SAVIANI, 2008).

O século XIX foi marcado por “[...] diversas mudanças significativas no Brasil: surto industrial, fortalecimento da burguesia urbano-industrial, aceleração da política imigratória, abolição da escravatura e pôr fim a queda da monarquia e a Proclamação da República” (ARANHA, 2012, p. 394). Partindo deste contexto,

É necessário fazer neste momento uma reflexão. Obviamente, para uma sociedade que se reconfigura a partir da sua trajetória colonial anterior, tendo como modelo a seguir o da sociedade capitalista liberal nas bases fundacionais como está se materializou na Europa Centro Ocidental, a constituição de um sistema educacional, a ampliação do acesso à escola, a formação de novos quadros dirigentes para as diversas funções sociais que foram se sedimentando, assim como a formação de mão de obra qualificada, implica num desafio para os governos que se colocaram a frente de nosso Estado, por sua vez, assentando sobre uma sociedade marcada pela hierarquização, fortes desigualdades sociais e multiétnicas (TEIXEIRA, 2015, p. 06).

O século XX foi marcado por grandes revoluções socialistas. Na década de 1920, os educadores Anísio Teixeira, Fernando Azevedo entre outros deram início à “renovação do ensino” como apresenta Lucyk e Graupmann (2017), no qual o ideário do escolanovismo trouxe boas discussões sobre a educação brasileira. Em 1942, o Ministro Gustavo Capanema delineou a Reforma Capanema, atribuída às mudanças configuradas para o sistema educacional do País naquele período. Outro acontecimento marcante foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961, que demorou cerca de 13 anos para ser implementada devido às discussões e dos diferentes pensamentos dos educadores escolanovistas e os católicos tradicionalistas, portanto, pela demora da publicação Aranha (2012, p. 545) destaca que:

Quando a lei nº4.024 (LDB) foi publicada em 1961, já se encontrava ultrapassada, porque nesse meio tempo um país semi-urbanizado, com economia predominantemente agrícola, passara a ter exigências diferentes, decorrentes da industrialização.

No mesmo período da publicação dessa Lei aconteceram diversos movimentos conhecidos como Movimentos de Educação Popular, nos anos de 1961 à 1964, os principais foram: o Movimento de Cultura Popular (MPC), criado em 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB), que surgiu em 1961 e os Centros Populares de Cultura (CPC), de 1961, que tinham como objetivo transformações significativas na estrutura social. Porém, o Golpe Militar, de 1964, extinguiu esses movimentos, pois não os consideravam adequados ao novo regime instituído. Durante o período da Ditadura Militar observa-se uma grande turbulência em todo o País:

As revoltas brotavam no seio da Sociedade, eclodiram as guerrilhas urbana e rural, e as classes estudantil e trabalhadora reivindicavam maior liberdade democrática. Uma série de leis decretadas pelo governo, procurava reprimir de forma eficaz toda manifestação por parte dos diversos setores sociais. (RIBEIRO, 1993, p.07)

Diante das revoltas populares e da imposição do governo ditador, acerca das camadas sociais e contrário à toda forma de protesto político, no sentido de repreender principalmente professores e estudantes, acarreta

[...] sem dúvida, as consequências sofridas pelo sistema educacional brasileiro ao longo do período da ditadura civil-militar (1964-1985) em muito contribuíram para o quadro de carências e de desqualificação profissional e salarial que estiveram no bojo da luta e da organização da categoria dos trabalhadores da educação de todo o país[...] (TEIXEIRA, 2015, p.12).

Há também, na década de 1960, a criação de diversas leis para a educação, que seguiam o modelo norte-americano, como relata Ribeiro (1993, p. 13):

O país passava por uma modernização, pois adotava como modelo um país desenvolvido, no caso os Estados Unidos, e importava tecnologia, muitas vezes superada, mas não se apossava do “know how”, o que tornou o Brasil mais dependente da que já era.

Neste sentido, Boutin e Camargo (2015) destacam o acordo político realizado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Tal acordo tinha como objetivo o planejamento de diversas reformas para o ensino brasileiro, com encaminhamentos norte-americanos que propunham uma reforma universitária, com foco na formação qualificada para o mercado de trabalho, já que eram defendidos o desenvolvimento econômico e o ensino técnico. No decorrer da história da educação, do Brasil, vê-se

que sempre foram adotados modelos de outros países, cujas realidades são diferentes da vivenciada no País.

E preciso destacar, também, o quão violento foi o período do Golpe Militar, não somente em relação às torturas ou prisões de quem era contrário ao regime, ou pela imposição e autoritarismo do governo em várias medidas e, de modo geral mais enfatizadas, mas a forma adotada e relativamente sub-reptícia que o governo militar utilizou para difundir seus valores. Boutin e Camargo (2015, p. 2), afirmam que:

Trata-se de uma forma violenta que nos deixou uma herança ideológica. Que tatuou no conjunto da sociedade civil a passividade, a subordinação e a falta de senso crítico frente a ação dos que dominaram a humanidade durante o curso da história, que ainda imperam seu domínio e ainda pretendem dominar. Sim essa violência foi possível através da educação.

O capitalismo era visto como modelo ideal pelo governo, assim, a principal ferramenta utilizada para difundir esse modelo era a educação, pois através dela colocariam em destaque a classe dominante pelo controle da classe trabalhadora que contribuiu para ascensão econômica do País. Segundo esta ideologia o aperfeiçoamento e o avanço econômico chegariam para a sociedade brasileira. Mas embora chamado à época de desenvolvimento, isso nunca aconteceu, como visto em seus resultados até a atualidade, no máximo um crescimento econômico, em que se ampliou a concentração de renda e o empobrecimento da população.

Finalmente, em 1985, acaba o regime militar, dando início a chamada Nova República. Em 1988 foi instaurada a nova Constituição Federal, que estabeleceu novos direitos para a educação, e deu embasamento para a elaboração da nova Lei Complementar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996, a Lei nº 9.394, que estão vigentes até hoje (ARANHA, 2012).

Mesmo com essas Leis que foram pensadas para atender as necessidades da realidade brasileira, e que em tese garantem um ensino de qualidade, e boas condições de trabalho, aos alunos e professores, o País ainda está longe de chegar a um estado desejável para todos os envolvidos, principalmente devido às mazelas e ao não cumprimento das regulações, e ausências de outras que realmente pudessem responder às necessidades. Nos anos seguintes, após o fim da Ditadura Militar, a discussão sobre a educação, sempre esteve em debate, e se de um lado ocorreram avanços, de outro houve retrocessos lastimáveis. A história da educação, no Brasil, é

marcada pela desvalorização da docência, a precarização da formação de professores e do ensino-aprendizagem.

Neste contexto a seguir abordaremos a formação docente mais profundamente, no entanto será preciso voltar ao período Colonial para entendermos melhor como se deu essa construção da docência no Brasil. Sendo assim, no período Colonial o ensino era regido pelos padres jesuítas, então não se tinha uma atenção voltada para a formação de professores. Após a expulsão da Companhia de Jesus não havia instituições de ensino docente, no Brasil, então os pais abastados enviavam os jovens aos países europeus (notadamente Portugal e França) em busca de qualificação adequada para esse ofício.

A docência no Brasil teve início de forma oficial após a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, em que foi estabelecida a criação das escolas de primeiras letras e de como se daria o ensino naquele período (DUARTE; MENDES, 2017). E essa foi uma das primeiras tentativas de educação institucionalizada, porém sem muito sucesso, pois ora era de responsabilidade da igreja ora do Estado (SÁ; ALVES NETO, 2016). Outro aspecto importante para a construção da docência nacional nesse período se deu:

Com a promulgação do Ato Adicional de 1834, a instrução primária ficou sob a responsabilidade das províncias, que passaram a adotar, para formação de professores, as Escolas Normais. Estas escolas visavam uma formação específica com o domínio daqueles conteúdos que lhes caberiam transmitir às crianças, sem considerar o preparo didático-pedagógico necessário. Em 1932, com a reforma instituída pelo decreto n. 3.810, a proposta era erradicar os problemas que as Escolas Normais apresentavam. Nessa conjuntura, a Escola Normal transformou-se em escola de professores (DUARTE; MENDES, 2017, p. 4).

Ainda a respeito da criação das Escolas Normais, instituíram-se um número significativo de escolas seguindo o mesmo padrão, pela necessidade de formar professores em larga escala. Assim, para se ter uma maior organização criaram Escolas Normais de nível médio, para formar docentes primários, e nível superior para formar professores para o ensino secundário (SAVIANI, 2009).

A partir da Proclamação da República, em 1889, houve a declaração da Constituição Republicana, que iniciou a discussão a respeito da qualificação de professores, e reflete-se pela disposição do ensino popular, mas apesar do esforço para ampliar o ensino “[...] as reformas não se implantaram de fato, devido à ausência de infraestrutura adequada, apesar do esforço iniciado de construção de prédios e

formação de professores” (ARANHA, 2012, p. 523). Como relatam Sá e Alves Neto (2016), a implementação da Revolução Industrial no Brasil, em 1920, foi um período de grande desenvolvimento tecnológico, social e econômico. Nesse sentido, percebeu-se a importância da educação para o aperfeiçoamento e formação do operariado das fábricas, em vista disso, levantou-se a necessidade de avanço no processo de formação docente. Sá e Alves Neto (2016, p. 07) informam que:

A partir daí é que a educação passou a ter papel de maior importância, visto que agora se tornara uma reivindicação de toda a população, além de atender aos interesses das políticas desenvolvimentistas do período. Esse fato, então, aumentou consideravelmente a necessidade de maior número de professores para atender a uma demanda crescente, o que, alterou o trato com a questão educacional e, conseqüente, com a profissão docente.

Em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros, que sugeria a educação gratuita e obrigatória para todos e propunha a construção de universidades. Dois anos antes, o governo de Getúlio Vargas tinha como Ministro da Educação Francisco Campos, que na sua gestão criou estatutos para a organização nacional, e para criação do Conselho Nacional de Educação e o novo estatuto das universidades brasileiras, que tinha como base a inovação da formação do magistério. Em 1934, com um decreto federal, foi criada a primeira universidade, a Universidade de São Paulo (USP), com um novo modelo de organização.

Após reorganizar as escolas secundárias fomentou-se a formação do magistério. Vale ressaltar que, em 1937, formaram-se para atuar no ensino secundário os primeiros docentes licenciados (ARANHA, 2012). Desse modo, a docência, mesmo que, a passos lentos começou a ter mais significância, para a construção social e educacional. No ano de 1946 foi criada uma Lei Orgânica para o Ensino Normal, quando houve a reforma do ensino primário, e que regularizou a formação de professores (ARANHA, 2012).

Em 1964, com a Ditadura Militar, a educação recebeu diversas mudanças, que mais uma vez contribuíram para desvalorização da docência. A partir desse período, as discussões a respeito de melhores condições para formação e o trabalho docente ficaram cada vez mais evidentes (DUARTE; MENDES, 2017). A década de 1970 se mostrou bastante rica e plena de luta no campo da formação docente, pois neste período, foi extinto o modelo de formação das Escolas Normais substituído pela Habilitação Específica de Magistério, título específico de 2º grau, porém essa

mudança gerou preocupação, pois limitou o ensino a uma formação separada (AQUINO; BORGES; PUENTES, 2011).

Foram, então, criados os Centros de formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs), no ano de 1982, que tinham como objetivo a “[...] revitalização da Escola Normal” (DUARTE; MENDES, 2017). No entanto, “[...] esse projeto, apesar dos resultados positivos, foi descontinuado quando seu alcance quantitativo era ainda restrito, não tendo havido também qualquer política para o aproveitamento dos professores formados pelos centros nas redes públicas” (SAVIANI, 2009, p.05). A trajetória da construção histórica da educação brasileira e da formação docente, marca profundamente o Brasil, enquanto sociedade, desde o período colonial até o período do Golpe Militar. Teixeira (2015, p.04) explica que:

[...] expressando esta constituição de uma educação precarizada e limitada, temos o processo de formação de nossos professores e o que vemos é a convivência de dois caminhos de formação: um pela prática (o mestre escola) e outro pela formação acadêmica (professores oriundos de escolas normais ou faculdades). Apesar da ação do Estado no sentido de tentar sistematizar e regulamentar tanto a formação quanto a habilitação e admissão, tal diferenciação foi de alguma maneira forjando uma hierarquização baseada na forma como o saber pedagógico era apreendido e também nos níveis salariais.

Após o fim da Ditadura Militar foi hora de “juntar os cacos” deixados por esse violento período e mobilizar a classe docente a fim de melhores condições na educação brasileira, já que nessa época a educação e a formação docente foram deixados de lado. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases trouxeram esperanças “[...] por parte dos professores, de que o problema da formação docente no Brasil seria resolvido” como relatam Duarte e Mendes (2017, p. 04). Porém, a Lei de Diretrizes e bases ainda estabelecia a formação de professores em nível médio para o ensino da educação infantil e os cinco primeiros anos do ensino fundamental, o que gera um atraso para valorização profissional docente (ARANHA,2012). Portanto, verifica-se que:

Regulamentações como essas têm definido nos últimos anos reformas e/ou políticas educativas no âmbito nacional, seguindo orientações das organizações multilaterais, as quais substituíram entre seus objetivos a eficiência e a eficácia em seus documentos por um discurso humanitário. Com essa direção, as constantes sociais traduzidas nas legislações passaram a tratar a formação do professor como único elemento necessário à valorização profissional (ENS et al., 2019, p. 07).

Na década de 1990 a educação brasileira teve maior desenvolvimento, dado ao crescimento econômico e a globalização, fato importante para esse período foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com as novas reformas o cenário docente passa a estar no centro do debate, acerca de uma nova estrutura educacional (LIRA, 2013). Nesse período as discussões, reformas e novas articulações para educação contribuíram bastante para o momento atual.

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), em que se determinam diretrizes e metas a fim de alcançar objetivos estabelecidos em documentos condutores da educação, este é um documento editado regularmente e nele sempre é estabelecido um período para colocar em prática suas propostas. O PNE vigente (2014-2024) dispõe metas para os profissionais da educação, diferentes estratégias para melhores condições de trabalho dos professores, e consequentemente melhor qualidade da educação brasileira (DUARTE; MENDES, 2017).

Em 2002 foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCN), dessa forma foram criadas as primeiras adaptações nos currículos de formação docente, que tinha como enfoque maior a ampliação das atribuições pessoais, sociais e profissionais dos docentes (AQUINO; BORGES; PUENTES, 2011). Essas Diretrizes servem como um condutor básico para os cursos de formação de professores, e que servem de referência para outras diretrizes curriculares.

Ainda a respeito das políticas públicas educacionais para a formação docente, inicial e continuada, destaca-se o Decreto nº. 6.755/2009 que instituiu a Política Nacional de Formação de Professores, e que serve de base para o desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada de professores e de incentivo e apoio a iniciação docente (SCHEIBE, 2010).

Atualmente a formação e o trabalho docente ainda enfrentam dificuldades pela falta de apoio e reconhecimento social, mesmo com as mudanças de paradigmas educacionais ao longo de sua construção. Sá e Alves Neto (2016, p. 8) argumentam que

[...] não obstante as significativas transformações no que tange à necessidade de formação dos docentes, no que diz respeito às concepções sobre a docência e apesar das constantes oscilações no curso da história do magistério (algumas visivelmente positivas, ao passo que outras nem tanto), nota-se, com certa clareza, que o docente atual ainda enfrenta muitos (senão

quase todos e os mesmos) problemas com os quais o ofício de ensinar nasceu[...]

Nessa conjuntura, destaca-se a imprescindibilidade da formação adequada e de qualidade para docência, Saviani (2009, p. 08), explica que: “[...] a formação profissional dos professores implica, pois, objetivos e competências específicas, requerendo em consequência estrutura organizacional adequada e diretamente voltada ao cumprimento dessa função”. A esse respeito Ens et al. (2019, p. 07), destacam que:

O uso recorrente do termo “formação”, presente nas legislações educacionais para salientarem uma das dimensões da valorização do professor, tende a responsabilizar o próprio docente por sua formação e pela própria (des) valorização. Isso porque pensar educação exige possibilitar aos professores o acesso ao capital cultural, em seu estado institucionalizado, já que muitos não possuem o capital cultural, em seu estado incorporado, ou seja, próprio do seu habitus, adquirido no meio familiar [...]

Portanto, a meu ver, a formação docente envolve outros paradigmas importantes para a adequação e valorização do magistério, no curso de formação de professores é imprescindível não apenas o ensino de objetivos e competências específicas, mas um ensino amplo, que aborde diferentes aspectos culturais, históricos e políticos, para que acima de tudo esse profissional seja crítico e saiba reconhecer e lutar contra as injustiças sofridas nessa profissão que é tão menosprezada.

Atualmente a educação brasileira está enfrentando graves problemas, devido à crise sanitária da Covid-19, que já perdura por quase um ano e meio. Além da má gestão do atual presidente, diante dessa e outras questões, em exercício a quase três anos, fez diversos cortes nos recursos, e já nomeou quatro ministros da educação, que somente serviram para causar retrocessos que levarão décadas para serem recuperados. Enfim, verifica-se o descaso e incompetência para gerir democraticamente o País, e a educação mais uma vez encontra-se submetida a uma situação de extrema precariedade.

Diante do que foi exposto nesta seção a respeito da construção histórica da docência brasileira e dos embates e lutas que desafiam a carreira docente, fica claro que a educação no Brasil não tem a devida atenção para que seja mais valorizada. A visão que a sociedade tem do trabalho docente é um pouco distorcida a respeito do que é desenvolvido em sala de aula. A forma com que a educação foi construída, no

Brasil, seguindo modelos e representações de outros países não condiz com a realidade social, econômica e cultural brasileira, sendo assim, a educação nacional é contraditória e cheia de lacunas.

## 2 O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS

A sessão aqui proposta aborda o papel social do professor e das demandas impostas pela sociedade para o profissional docente, e das definições colocadas pelo poder público para que o professor desenvolva seu papel na contemporaneidade. Portanto, aqui apresento como a sociedade e o Estado interferem no trabalho do docente, e como isso contribui no seu desempenho e insatisfação no trabalho, de forma dialogada. Mostro contribuições dos autores Dias e Pinto (2019), Duarte e Mendes (2017), Sá e Alves Neto (2016), Freitas (2012), Lira (2013), Boutin e Camargo (2015), Lima (2009), Ens et al (2019), Cericato (2019), Locatelli e Pereira (2019), Ferreira e Silva (2014), Oliveira (2020), Nardi e Schneider (2014) e Algebaile (2021) que em suas obras discutem como se dá a atuação docente frente às necessidades da sociedade.

Para iniciar a discussão acerca do papel social do professor, diante das expectativas que a sociedade impõe, abordarei o papel social da escola como um todo, e a relevância desse espaço para a sociedade, já que este assunto também está relacionado ao trabalho docente. Silva e Ferreira (2014, p. 02) explicam que:

A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar.

É importante destacar a importância do espaço físico da instituição escolar, as condições desse espaço influenciam diretamente no processo de aprendizagem dos alunos e no desempenho dos professores e demais trabalhadores. Dispor de um ambiente preparado, e adequado às condições de todos que fazem parte do ambiente educacional, contribui de forma significativa para o processo de ensino e aprendizagem, porém, pela falta de investimentos muitas instituições escolares não possuem infraestrutura adequada, contribuindo assim para as desigualdades. Como bem explica Oliveira (2020, p.04):

Apesar de garantido em lei como um direito de todos os cidadãos brasileiros, ainda são muitos os aspectos que contribuem para a desigualdade da oferta educativa no país, e talvez o mais importante aspecto seja justamente a infraestrutura das escolas. As condições das paredes, assim como a iluminação, a ventilação, o tamanho das salas e das áreas de recreação e

descanso, a existência de banheiros com as devidas instalações hidráulicas em bom estado, entre outros fatores, determinam o quão uma escola está equipada de forma adequada para oferecer boas condições de trabalho e de aprendizagem.

A instituição escolar é um local importante de inserção social, de grande diversidade, é um espaço onde se aprende não somente conteúdos científicos, mas a conviver com as diferenças, e com pessoas diferentes. Porque é a partir das relações sociais vivenciadas dentro das escolas, que o indivíduo é pode ser preparado para o convívio no meio social, pois nesse espaço, em tese, é ensinado desde os conteúdos disciplinares até o respeito as diferenças, no entanto:

A escola por receber uma diversidade de alunos em contextos diferentes e realidades distintas traz consigo uma gama de demandas também, que apresenta como empecilho para o desenvolvimento da criança e para o desenvolvimento do trabalho do profissional de educação, por ter que atuar muitas vezes fora do contexto da sua formação (FERREIRA; SILVA, 2014, p.02).

Portanto, é importante que existam outros profissionais capacitados no âmbito escolar (o psicopedagogo seria um deles, bem como o apoio do conselho tutelar nas escolas), para que o docente não fique sobrecarregando, sendo ele o responsável por solucionar todos os problemas e conflitos que ocorrem em sala de aula, ainda a esse respeito, Nardi e Schneider (2014, p. 06) destacam que: “No atual contexto brasileiro, em decorrência das alterações provenientes do processo de reorganização escolar e das recentes regulações sociais, o professor vem sendo chamado a assumir novas incumbências [...]”. Desse modo, essas atividades somadas a tantas outras contribuem para uma sobrecarga no trabalho do professor.

A construção histórica da docência diz muito como a profissão é vista há tempos, e ainda atualmente, ou seja, o retrato da docência ainda é visto como missão divina, um sacerdócio, ou como uma profissão feminina. Essas representações reverberam na atuação pessoal e profissional do professor, refletindo de forma negativa no desempenho do trabalho. Portanto, esses julgamentos construídos ao longo do tempo repercutem explicitamente na visão social do docente, com uma marcante característica de subjetividade (SÁ; ALVES NETO, 2016). A esse respeito o papel social do docente depende muito de como a sociedade compreende e da concepção de professor que detém, e da função social que esse profissional desempenha na sociedade globalizada e cheia de desigualdades, pois é essa

compreensão que define a organização do trabalho e a formação docente (FREITAS, 2012).

A educação escolar é um processo contínuo na história, no qual a educação e sociedade se imbricam, assim uma transforma a outra, embora a educação seja um ato permanente em todas as comunidades, como ela acontece é diferente para cada uma delas (DIAS; PINTO, 2019). Portanto,

[...] a educação é um processo pelo qual a sociedade molda os indivíduos que a constituem, assegurando sua repetição ou continuidade histórica, pois o processo de escolarização dura por toda a vida; mostrando-nos que a sociedade pode moldar seus indivíduos de acordo com o seu interesse particular, visando repassar seus membros, suas significações, valores saberes e interpretações do mundo. Utilizando o meio que mais o favorece: a escola (FERREIRA; SILVA, 2014, p.03).

Assim, a sociedade muda, porque a história é construída pelas evoluções sociais, e mesmo diante das grandes evoluções a escola continua a ser uma instituição de grande importância. Assim, o professor tem um papel que é atribuído pela sociedade para que resolva os problemas da contemporaneidade, mas que “[...] nem sempre recebem a devida atenção para que possam melhorar o exercício da sua profissão” (DUARTE; MENDES, 2017, p.06).

Para explicar a função social do professor e suas demandas é preciso voltar até o período da redemocratização brasileira, com a elaboração de uma nova legislação educacional nas décadas de 1980 e 1990, quando houve um grande “movimento de internacionalização”, o que acarretou diversas mudanças na política e economia do País (FREITAS, 2012). Oliveira (2020) explica que as reformas ocorridas nesse período tiveram como argumento um melhoramento técnico, para dar mais eficiência às áreas públicas, ao introduzirem mecanismos de organização à educação, houve então um dano a profissão docente, contribuindo para a desvalorização da carreira docente.

Nesse sentido, tem-se que: “A atividade docente passa a ser reorganizada na lógica da produtividade, seguindo as leis do mercado que exige um trabalhador com formação técnica dentro dos modelos requeridos então pela sociedade capitalista” (LIRA, 2013, p.64). Esses são os contextos históricos, com visões da educação brasileira eventualmente dadas como ultrapassadas, porém na atualidade esses contextos ainda refletem no campo educacional e, conseqüentemente, no trabalho docente, portanto, esses aspectos contribuem para a desvalorização da docência,

pois esse modelo de educação tecnicista que visa somente o capital não leva em consideração o contexto social de todas as camadas sociais,

[...] pois a baixa qualidade do ensino público serve para justificar a incursão da iniciativa privada, que passa a oferecer serviços educacionais e materiais didáticos na escola pública, através de parcerias com as secretárias da educação (FREITAS, 2012, p.06).

Lira (2013) destaca que o modelo de educação contemporâneo está relacionado às mudanças postas pelo sistema capitalista. As exigências como são expressas reduzem a autonomia dos profissionais, haja vista que o modelo adotado por governos nem sempre comprometidos com o conhecimento, em geral impõem às escolas seguir um modelo imposto, pré-estabelecido por pessoas que nem sempre são da área educacional. A retirada da autonomia precariza a educação, pois o educador não tem liberdade para desempenhar seu trabalho de acordo com a realidade de seus alunos. Isso então gera um efeito no qual se atribui ao professor a precariedade da aprendizagem. Nesse sentido, vale o questionamento: qual é o real papel social docente na sociedade?

O papel social docente na contemporaneidade está bastante associado a globalização, na qual a ampliação da educação tem como exigência a organização dos processos produtivos. Boutin e Camargo (2015, p. 12), reconhecem que:

Hoje, o ensino não contribui para que os discentes se reconheçam enquanto seres históricos capazes de romper com as estruturas alienantes presentes no meio social, e tão pouco coopera para que os educandos aspirem à completa superação das desigualdades sociais, e da contradição entre capital e trabalho.

Mesmo com esses impasses o docente com a sua atuação, pode e deve contribuir para a compreensão dos problemas de desigualdade social e para a formação do sujeito que saiba perceber o seu papel, e que tenha posicionamentos para atingir melhores condições de vida, em certo sentido responsável por “mudar o mundo”, neste contexto Dias e Pinto (2019) enfocam que a educação intensifica a criticidade de cada indivíduo em detrimento de seu contexto social, pois quanto mais desenvolvido, alcançará altos níveis da educação. Neste sentido, “[...] pode-se entender que a valorização do professor é permeada por processos de mediação social, visto que seu trabalho envolve dar sentido e significado ao que faz no espaço/tempo da escola” (ENS et al, 2019, p. 10). Partindo disso, então,

[...] faz-se necessário que na escola haja uma equipe multidisciplinar para tratar questões que compete a cada profissional, e aumentando a qualidade de vida dos profissionais da educação, o clima organizacional e a qualidade do trabalho do mesmo, tendo tempo para melhor desenvolver suas atividades profissionais que de fato lhe compete (FERREIRA; SILVA, 2014, p.02).

A esse respeito, não se deve colocar a responsabilidade somente no docente ou à escola, pois a sociedade ao designar estas funções ao contexto escolar, como principal espaço para a resolução dos problemas sociais, econômicos, de desigualdades, entre outros, coloca um peso maior ao trabalho do/a professor/a, mas ironicamente a sociedade e os poderes governamentais não reconhecem como deve o trabalho possível realizado. Pois,

O sistema capitalista que propaga a existência de uma sociedade livre e igualitária, com oportunidades iguais para todos, na realidade trata-se de uma realidade ilusória, onde as relações de força e poder são desiguais. O que se evidencia em lugar da suposta tendência ao equilíbrio e a igualdade dos agentes econômicos [...] (LIRA, 2013, p. 02).

Esse suposto sentido de equilíbrio, na verdade trata-se de uma interferência do sistema capitalista que de alguma forma dá uma falsa sensação de liberdade e igualdade, porém, a concentração de poder e riqueza é bem centralizada. Para que esse sistema continue vigente é utilizada uma estratégia para que a educação siga a serviço do capitalismo, de forma que o sistema educacional prepare o indivíduo para o mercado de trabalho. Partindo desse pressuposto, Paz (2014, p.04) assinala que:

É se inscrevendo no contexto das diversas mudanças sociais, políticas e econômicas que o trabalho docente vem enfrentando constantemente novos desafios e sofrendo novas reconfigurações por meio de um conjunto de reformas educacionais decorrentes das reformas administrativas de Estado.

Portanto, é importante que o docente fique atento a todas as mudanças sociais e seja crítico a essas transformações que afetam o campo educacional, pois é a partir da reflexão sobre a realidade em que está inserido, que este profissional não agirá baseado apenas no senso comum, e assim conseguirá ter a consciência plena e ferramentas para transformação de sua realidade. É preciso destacar a problemática vivenciada atualmente a respeito da pandemia do Covid-19, no contexto educacional, que só externalizou ainda mais os problemas que o docente já vivenciava, por esse ser um trabalho solitário, além da dificuldade em trabalhar com ferramentas digitais no

trabalho remoto, e escancarando as desigualdades sociais dos alunos. A esse respeito Oliveira (2020) destaca a sobrecarga do trabalho docente para corporificar os exercícios remotos, havendo assim um aumento nas horas de trabalho deste profissional.

A contradição e o peso que os professores de escola pública carregam ao desenvolver seu trabalho, para atender as expectativas que são impostas para ele, o baixo (ou nenhum) investimento para a educação, e a falta de políticas públicas que valorizem esse profissional, são fatores históricos e ainda presentes no trabalho docente, portanto:

A este quadro educacional corresponde a concepção da função social do professor. Dessa forma, podemos ver que cada vez mais é retirada a dimensão intelectual do trabalho do professor, já que este participa cada vez menos da concepção do seu trabalho e não é visto como alguém que participa da construção do conhecimento, apenas de sua transmissão. O professor não mais participa das etapas de planejamento e avaliação dos conteúdos, tornando-se um mero executor de programas e políticas elaboradas pela administração pública educacional. Sua função social é, portanto, é de contribuir para o avanço do capital globalizado, colaborando para a precarização do trabalhador a partir de uma educação precária e dualista (FREITAS, 2012, p. 09).

Esta concepção é fruto da herança das desigualdades que rodeiam a sociedade e, também, da falta de consideração para com os profissionais da educação. Tendo em vista a percepção que o governo atual tem da educação e da função que o docente desempenha é chula, não dá a devida importância que esse profissional tem. A sociedade, em certo sentido, é levada a acompanhar tal concepção. Desse modo, não é valorizado, nem tão pouco é levado em consideração em termos de maior participação na construção de projetos para a melhoria da educação brasileira. Lima (2009, p. 03) reconhece que:

A qualidade da educação se dá também como resultado das ações do Estado, seja em relação às políticas de formação inicial e continuada ou em relação às diferentes ações diretamente ligadas ao âmbito da educação.

Em relação à formação de professores, ou a sua atuação profissional, é preciso considerar o capital cultural do docente, que segundo Ens et al. (2019) é dividido em dois estados, o primeiro capital cultural em estado incorporado, ou seja:

A aquisição desse capital em seu estado incorporado ocorre desde a mais tenra idade, assimilado de forma inconsciente, uma vez que é transmitido de forma natural. Na classe dominante, pode ser entendido como um privilégio, por mesmo em situações informais propiciar uma educação diferenciada, porque valorizada socialmente e reconhecida pela escola. Assim desde cedo é potencializada socialmente a qualidade de contato com o ambiente escolar, com livros, línguas estrangeiras etc. (ENS et al., 2019, p. 08).

E o segundo o “capital cultural em seu estado institucionalizado se relaciona à obtenção do diploma”, o qual está relacionado ao contexto socioeconômico de jovens ingressos nos cursos de licenciatura. Além da origem socioeconômica baixa, há outros aspectos que estão presentes na vida dos estudantes de licenciatura, e um deles refere-se à origem sociocultural, visto que muitos não possuem uma bagagem cultural valorizada, e têm uma trajetória escolar menos privilegiada. Locatelli e Pereira (2019, p. 02) assinalam que:

É importante observar também que, devido a uma grande pressão social e econômica por mais escolaridade, que é apresentada como pré-requisito na corrida individual por empregabilidade, as pessoas são pressionadas a buscar, no menor espaço de tempo possível, um certificado de ensino superior. Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, com a pouca regulação e fiscalização por parte dos órgãos competentes, os cursos de licenciatura tiveram rápida expansão, sendo uma oportunidade de investimento lucrativo para o mercado, bem como uma realidade possível para muitos, devido a facilidade de ingresso e o baixo custo.

Portanto, é preciso salientar o contexto socioeconômico dos estudantes de licenciatura, para explicar como se desenha o perfil deles no Brasil. Cericato (2016, p. 07) destaca que

[...] os estudantes que escolhem essa carreira são provenientes de classe socioeconômica baixa, o que corrobora a perspectiva de busca de um salário imediato para sobrevivência, além de ascensão social em relação à situação da família de origem.

A esse respeito é importante destacar que o perfil dos estudantes de licenciatura em comparação com outros cursos de nível superior no Brasil, são em sua maioria provenientes de uma classe socioeconômica mais baixa. No entanto, de acordo com uma pesquisa realizada por Locatelli e Pereira (2019), ao comparar o perfil socioeconômico dos estudantes apenas das licenciaturas nota-se que os alunos do curso de pedagogia são os que vem de uma família com renda mais baixa. Locatelli e Pereira (2019, p. 02) afirmam que

[...] parte significativa dos estudantes de licenciatura, com origem nas camadas de renda mais baixa da sociedade, não chegam ao magistério por uma opção profissional, mas sim por um movimento de abandono em relação ao que realmente gostariam de fazer. Trata-se de uma realidade que os estudantes da educação básica (pública ou privada), que ingressam no ensino superior, na sua grande maioria, não tem a licenciatura como primeira opção.

Isso mostra o quão é dura a realidade do professor, pois desde o início de sua formação ele enfrenta diversos obstáculos, tanto na vida pessoal, quanto na profissional, pois este individuo muitas vezes vem de uma família de baixa renda e precisa de uma solução “imediata” para mudar sua realidade socioeconômica. Esse é mais um aspecto que está imbricado ao perfil social do professor, já que este está inserido nesta realidade, cheia de desigualdades. Como explicam Locatelli e Pereira (2019, p. 10):

Observa-se também que uma realidade familiar de muitas privações econômicas tende a apressar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho. E isso tem feito da licenciatura uma área com um significativo número de estudantes trabalhadores. São universitários que não aplicam o melhor de seu tempo e energias nos estudos, visto que utilizam o ensino noturno ou os horários alternativos para frequentarem as aulas. Invariavelmente, para esses alunos estudar significa realizar uma terceira jornada, praticada, quase sempre, no limite do esforço físico e mental.

Esse é também mais um motivo da precarização da educação brasileira. A pressa em mudar sua situação financeira e a sobrecarga devido a outras funções que o estudante de licenciatura precisa adquirir para se sustentar, contribui para que ele não tenha tempo e energia suficiente para se dedicar assiduamente aos estudos, e ter uma formação completa e adequada, para se tornar um profissional crítico e empenhado em seu trabalho.

Em 2020, a Pandemia do Coronavírus atingiu o mundo de forma desesperadora, um vírus de transmissão rápida e que é avassalador, e o meio encontrado mais seguro para diminuir a proliferação foi o distanciamento social, e cuidados referentes à segurança sanitária, e essas medidas forma adotadas em todo o mundo até que se encontrasse uma vacina para erradicação do vírus. No meio de todo esse caos, profissionais de diferentes áreas do mercado de trabalho, inclusive as do Estado, precisaram se reinventar para conseguirem manter a prestação de serviços. Sobre esta questão Oliveira (2020, p. 03) destaca que:

Para a educação, essa discussão assume contornos bastante complexos, pois exige novas modalidades de oferta do trabalho escolar de forma remota, o que expôs as dificuldades das redes públicas e de seus profissionais de responderem às demandas surgidas na situação de emergência, como dos estudantes em conseguir acompanhar as atividades educativas.

Percebo que no atual momento enfrentam-se grades desafios em meio a Pandemia que resulta na Covid-19. Na área da educação os professores se reinventaram e aprenderam sobre como operar as novas ferramentas e formas de dar aula e que “[...] a educação continua a ser uma ferramenta para transformação das mais distintas sociedades” (DIAS; PINTO, 2019, p. 05). O que se verifica é um docente ainda mais solitário nesse novo estilo de vida. Em relação a visão que a sociedade tem do docente em meio a pandemia, algumas famílias passaram a dar mais importância ao trabalho do professor, outras nem tanto, devido a que grande parte dos docentes é contra a volta às aulas, com toda a razão, sem que se tenha a vacina para o enfrentamento do vírus. Oliveira (2020, p. 11), assinala que:

Ao invés de discutir de forma colegiada, envolvendo as diferentes experiências das Secretárias de estado de Educação e a ampla participação da comunidade escolar, como minorar os problemas da suspensão de aulas, o que se assiste é a quase uma compulsão por discutir o retorno às aulas presenciais. Essas discussões poderiam abordar temas acerca de como facilitar o trabalho remoto, como oferecer apoio tecnológico, pedagógico e psicológico aos professores e estudantes, e ainda como promover maiores interações entre os profissionais para trocarem experiências e como motivar os estudantes a participarem das atividades remotas.

Em vista disso, o que está sendo realizado é totalmente o contrário, o governo fica traçando estratégias para o retorno das aulas presenciais, e pelo fato de os professores não aceitarem o retorno às aulas sem que todos estejam vacinados e seguros. Por isso, muitas pessoas tecem críticas ao docente por serem contrários a volta às aulas presenciais, dizendo até que esses profissionais são “preguiçosos” ou que não querem trabalhar, visão totalmente equivocada, a respeito do que o professor está passando atualmente. Algebaile et al (2021, p. 25), assinalam que:

Esses acontecimentos têm dominado a mídia e levado autoridades e gestores a moverem-se na busca de formas alternativas de ocupação do espaço-tempo escolar. Os professores querem, mas hesitam. As iniciativas de ensino remoto tomam forma com dificuldade, face à urgência de equipamentos digitais que estudantes pobres não tem, diante da fome das crianças que vão à escola porque precisam comer, porque as mães precisam trabalhar fora, mas ficaram desempregadas. Essas situações são parte do drama mal escrito e mal contado do trabalho docente em um país como o Brasil, no “fogo cruzado” de suas contradições.

Diante do que foi exposto até aqui, fica claro que o momento atual está deixando em maior evidência os problemas sociais vividos por professores e alunos. A escola para os alunos muitas vezes é um refúgio, é um espaço que vai além da aprendizagem, é onde buscam alimentação, e para as mães desses alunos um lugar seguro para que seus filhos fiquem para que elas possam trabalhar e buscar o sustento para família. E de acordo com o que foi abordado nesta sessão, as demandas sociais impostas ao profissional docente e à escola, dizem muito como a sociedade vê esse docente, frente às exigências postas para a educação brasileira que são muitas, enquanto os mecanismos de investimentos e de valorização dos profissionais são exíguos e falaciosos.

### 3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: DESAFIOS E INCENTEZAS

A presente seção aborda as condições de trabalho docente, no Brasil, os desafios e incertezas que o profissional docente enfrenta ao longo de sua carreira. Inicia situando historicamente a forma que a profissão docente foi construída, e como se apresenta a (des)importância que a sociedade atribui a educação e ao trabalho que o professor desempenha em sala de aula. Portanto busco aqui expor de forma dialogada o posicionamento dos autores Ens et al (2014), Lira (2013), Nardi e Schneider (2014), Ferreira e Silva (2014), Cericato (2016), Silva; Miranda; Bordas (2019), Paz (2014), Imbernón (2011), Ens et al (2019), Locatelli e Pereira (2019), Oliveira (2020), Paz (2014), Algebaile (2021) e Magalhães (2021).

O fato da docência ter iniciado como uma missão religiosa, com a visão de vocação divina, ou como vocação feminina (aspectos relacionados a desvalorização docente), e que também têm relação com a importância que a sociedade atribui a esta profissão (nem sempre a melhor), não reduz de modo significativo a sua contribuição de forma bastante relevante para a sociedade (ENS et al.2014). O que sustenta de certo modo o problema das drásticas reduções de procura para os cursos que licenciam professores, e não é possível improvisar docentes. Lira (2013, p. 71), admite que:

Diante disso, é exigido desse profissional o domínio de conhecimentos técnicos de gestão, planejamento, coordenação para que o mesmo desenvolva um bom relacionamento com a comunidade, atendido e atinja os objetivos esperados enquanto agente responsável pela preparação de futuros trabalhadores para o mercado de trabalho.

No entanto, esse é um olhar contraditório, já que na escola não se aprende somente teorias ligadas ao mercado de trabalho, e mesmo a educação sendo importante não tem a devida valorização atribuída ao espaço escolar em si ou voltada aos profissionais da educação. O resultado será sentido em breve, no Brasil: ausência de professores para atuar na educação básica, situação complicada, pois de acordo com Nardi e Schneider (2014, p. 05):

Por serem os que assumem mais expressivamente o ato educativo, seja em quantidade, seja em envolvimento, os professores são mais frequentemente lembrados quando se mobiliza o termo trabalho docente. Ademais, são a eles

que as políticas educacionais creditam o encargo de principais responsáveis pelo processo educativo. No entanto, ao aumento das atribuições ao qual é submetido não corresponde, em igual medida, maior valorização profissional.

A profissão docente é, de fato, bastante precária, haja vista que não há a devida valorização do profissional, porque as condições de trabalho são inadequadas, e a falta de incentivo, uma carga horária elevada, sem reconhecimento do trabalho, são fatores que fazem muitos profissionais desistirem da carreira docente, e os que permanecem adoecerem. Ferreira e Silva (2014, p. 02) destacam que:

Aos profissionais de educação cabem-lhes o papel de educar e ensinar o proposto PCN's- Parâmetros Curriculares Nacionais- e nos currículos os conteúdos a serem ministrados em sala, contudo esses profissionais vão além de suas funções para que atendam melhor o seu alunado, as vezes exercendo funções de enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outras funções que não lhe cabem, fazendo com que esses profissionais sobrecarreguem com o acúmulo de funções subjacentes.

Como visto, a docência foi construída no Brasil, cheia de embates, que representaram avanços, mas retrocessos desanimadores, fatos que contribuem fortemente para a desvalorização e baixa atração para ser uma profissão a ser seguida. Cericato (2016, p. 284) destaca que:

No Brasil, a atratividade da carreira docente é baixa. Dentre os concluintes do ensino médio, poucos são aqueles interessados por ela. Como motivos para a recusa, são apontados os aspectos já discutidos: representações do trabalho docente como uma atividade pouco atrativa, social e financeiramente desvalorizada, e a percepção de que “qualquer um pode ser professor”, não sendo necessário se especializar. Além disso, é forte a representação da docência como dom e vocação.

O problema da desvalorização do profissional docente está fortemente relacionado à desvalorização do trabalho que enfrenta no seu dia a dia, e inclui a falta de respeito por parte dos alunos, falta de apoio governamental em termos de melhores investimentos, remuneração, condições materiais, instalações e outras tantas demandas não atendidas. Desde 1985, o poder público, a passos lentos e ao longo dos anos, foi construindo algumas medidas que davam sinal de melhores condições para o trabalho docente (SILVA; MIRANDA; BORDAS, 2019). Mas desde 2016, com Temer e com o atual governo, a partir de 2019, a educação passa a ser vista pelo Estado como um gasto e não como um mecanismo que merece investimento para contribuir no crescimento do País, e com nítidos ataques à função docente. Algebaile, (2021, p. 23) destaca que:

A precariedade no trabalho é uma face da precariedade generalizada da vida no capitalismo, acirrada pela lógica neoliberal e, agora neofacista. No cotidiano docente, falta também tempo, condições, recursos e experiências de fruição, de lazer e descanso, de formação cultural. Muito se poderia discutir, ainda, sobre as relações políticas e pedagógicas da categoria com a gestão da escola e dos sistemas de ensino, com os próprios pares e com estudantes e famílias. Numa sociedade em que pobreza, fome, desemprego e desalento são companheiros cotidianos, as conexões na escola condensam esses fenômenos.

A profissão docente passou por diversos processos ao longo de toda a sua construção histórica, os impactos ocorridos a respeito da ampliação das escolas públicas brasileiras, além das diversas reformas educacionais, impostas durante todo esse tempo, essas reformas e ampliações provocaram incontáveis mudanças sociais dentro das escolas públicas. A esse respeito Paz (2014, p. 02) comenta que:

É a partir da década de 1990 que os profissionais da educação passaram a denunciar com mais ênfase uma crescente transformação dos processos educativos e das relações sociais no interior das escolas públicas brasileiras. Precarização das condições de trabalho, enfraquecimento dos direitos trabalhistas e da participação democrática, políticas injustas pautadas nos resultados obtidos nas avaliações externas e reformas curriculares passaram a atingir, especialmente, o trabalho docente.

Neste sentido, os desafios enfrentados pelo profissional docente atualmente compõem-se de vários fatores que expressam estar sempre interligados, tais como: a baixa remuneração salarial do profissional, que se relaciona ao desprestígio social, que tem relação com a falta de respeito dentro de sala, que tem relação muitas vezes com a má formação desse profissional, além das interferências relacionadas à autonomia do trabalho docente, diante da problemática da desvalorização da docência no Brasil. Desse modo, abre-se a porta para análises acerca dos desafios que

[...] devem desenvolver-se tendo em conta o novo quadro social: a realidade da desregulamentação social e econômica, as ideias e práticas neoliberais, a tão falada globalização ou mundialização, os indicadores de desempenho para medir a qualidade educativa, a falsa autonomia da educação e o avanço do gerencialismo educativo. Neste sentido, é necessário estabelecer um debate sobre análise das relações de poder e sobre as alternativas de participação (autonomia, colegialidade...) na profissão docente (IMBERNÓN, 2011, p.38).

Portanto, é imprescindível a inovação na formação inicial do magistério, com novas práticas, de participação democrática, para que esse profissional desenvolva

sua autônima, seja crítico e participativo diante das demandas sociais estabelecidas a ele, portanto, precisa ser dinâmica, para que haja um desenvolvimento amplo e completo, no entanto, de acordo com Ens et al (2019, p. 08) “[...] não basta tratar a valorização do professor apenas a partir da sua formação.” Ainda há diferentes aspectos presentes para o desenvolvimento da profissão docente, como o salário, as condições e o mercado de trabalho, esses aspectos deveriam servir de estímulo para a melhoria da prática (IMBERNÓN, 2011).

Assim, formar um profissional crítico e autônomo é o pontapé inicial para a melhoria da educação brasileira, mas ele não é o único (e nunca foi) responsável para essa estagnação educacional que assola o País, o problema é que também está relacionado aos processos políticos educacionais. Além do exposto, Locatelli e Pereira (2019, p. 11) afirmam que:

Devemos considerar ainda que em uma sociedade de extremas desigualdades econômicas e de escassas oportunidades, o investimento em educação tende a apresentar uma relação de proporcionalidade com o poder aquisitivo das famílias. Assim, aqueles que dependem exclusivamente dos implementos públicos nem sempre conseguem ter acesso aos bens culturais necessários à sua formação. Por isso, as fragilidades qualitativas da educação básica tendem a se reproduzir no ensino superior. Neste caso, dificilmente os estudantes com origem em famílias com baixa renda poderão comprar livros, realizar cursos complementares, viajar ou participar de eventos visando melhorar a formação.

Diversos problemas que conjuntamente contribuem para a desvalorização do profissional docente, que ainda tem um longo caminho de reivindicações para que essa situação mude. Portanto,

[...] é essencial que a questão da desvalorização da profissão docente possa ser encarada como um problema a ser enfrentado a partir de uma política pública de Estado. Para que a mesma possa modificar a situação do professor, e não como mecanismos paliativos que em vez de melhorar a situação desse profissional acaba por impor novas exigências, ocasionando arrocho salarial, perda de garantias trabalhistas e previdenciárias. O desafio é articular o discurso político de valorização da profissão (ideia) com as possibilidades de sua materialização (efetivação) a fim de superar as questões[...] (LIRA, 2013, p. 09).

A profissão docente não é como outras profissões, e existem dois aspectos que fazem essa diferenciação, que são a abstração do que é trabalhado, ou seja, o trabalho docente é imaterial, impalpável. Já o segundo aspecto é a complementação

do primeiro, onde há uma dificuldade em se ter absoluta certeza e medição do que é ensinado. Nessa direção, Paz (2014, p. 3) reconhece que:

Somando-se a essas especificidades da profissão docente, cumpre lembrar que outra característica desse tipo de atividade é a complexidade, a imprevisibilidade, a incerteza e a instabilidade que o trabalho com uma sala cheia de alunos requer. Acrescenta-se a isso o fato de que o professor, como pessoa, possui valores e princípios próprios, tem problemas, frustrações, dificuldades e déficits de formação.

Dentre outros, esses são mais aspectos que não são levados em consideração quando se pensa no papel desenvolvido pelo profissional docente, pelo trabalho que ele desenvolve em sala de aula, pela sobrecarga e as dificuldades que são incorporadas pelo professor, lições que muitas vezes não são aprendidas na formação inicial do estudante de licenciatura, portanto é indispensável o incentivo à formação continuada desse profissional.

De acordo com uma pesquisa realizada por Nardi e Schneider (2014), em algumas escolas públicas brasileiras, segundo os gestores dessas instituições, os aspectos relacionados a uma qualidade melhor da educação estão ligados ao trabalho que o profissional da educação desempenha em sala de aula. O que corresponde predominantemente às situações de sua efetivação, ou seja, ter a dimensão do que está sendo aprendido pelos alunos, se o trabalho que está sendo desenvolvida em sala de aula de alguma forma está sendo incorporado pelos discentes.

Outro aspecto também abordado pelos autores é a particularização do trabalho docente, em que não se leva em consideração o que o professor entende como necessário para a aprendizagem dos seus alunos, para que se cumpra metas estabelecidas para medição de desempenho. Assim, de acordo com Nardi e Schneider (2014, p. 05) “Progressivamente, o professor vai se sentindo responsável por todos os problemas ligados ao seu trabalho, produzindo uma situação de sobrecarga e insatisfação[...]”, e que ligados a outros desafios da profissão, eventualmente, pode provocar uma baixa qualidade educacional.

A esse respeito, é preciso destacar que esses desafios enfrentados estão gerando uma precariedade e carência de profissionais docentes, e a tentativa constante de “facilitação” ou formação inadequada, para que mais jovens ingressem nos cursos de licenciatura, só contribui ainda mais para a desvalorização da carreira docente. Nessa direção, Paz (2014, p. 06) enfatiza que,

[...] não podemos deixar de ressaltar que os problemas advindos da distribuição desigual dos cursos superiores de formação de professores nas diferentes regiões do país também contribuem para essa realidade. Ainda que essa constatação esteja sendo combatida pelo poder público mediante a oferta de complementação de estudos, parcerias com universidades e educação a distância, nada disso tem sido suficiente, pois a diminuição de docentes em todos os níveis e modalidades de ensino continua crescendo.

Esses problemas sempre estiveram presentes na carreira docente, e pouco está sendo feito para mudar isso, mesmo com os alertas de especialistas na área. Paz (2014, p. 10) adverte que:

Há décadas que educadores e pesquisadores alertam sobre a necessidade de mudanças extremas nas políticas de carreira e valorização do magistério no país. Nesse sentido, diante dos problemas que foram se acumulando tanto para os docentes quanto para os alunos da escola pública, as acentuadas desigualdades sociais tornam o acesso às licenciaturas atrativas, em quase que absoluta maioria, somente para a parcela mais pobre do continente de estudantes do ensino médio. Historicamente excluída de muitos direitos sociais, resta para esses jovens a escolha por cursos menos valorizados e com menor relação candidato-vaga, como é o caso das licenciaturas e, em especial, da pedagogia.

Cabe aqui destacar o atual momento que estamos vivenciando, com a chegada do Coronavírus, que deixou em maior evidência os desafios e incertezas diante do trabalho docente no Brasil, ainda mais por termos infelizmente um presidente negacionista, que minimiza a gravidade sanitária, ignora as medidas que podem ser usadas para frear a proliferação do vírus, não dá o exemplo, muito pelo contrário, faz é incentivar as pessoas a ignorarem a crise pandêmica. A esse respeito, Magalhães (2021, p. 36) destaca que:

Quanto à atuação do governo federal e do Ministério da Educação (MEC), observamos uma postura que oscilou entre a negação de qualquer protagonismo e a omissão quanto ao seu papel na coordenação de uma política nacional adequada ao momento de excepcionalidade que experimentamos com a pandemia.

Esse assunto precisa ser mais discutido e ganhar mais destaque nas mídias, mas principalmente no meio acadêmico, dado que esse é um momento problemático, pois deixou ainda maior os desafios já enfrentados pelo trabalhador docente. Oliveira (2020) aponta que, a sobrecarga no trabalho, as dificuldades em atuar com as ferramentas digitais, sem a devida formação para o uso das tecnologias, a falta de

dinheiro para investimento em aparelhos tecnológicos, além do medo, e a insegurança em relação à pandemia, os riscos que essa crise sanitária está causando, tem dominado de modo direto a vivência dos profissionais da educação, e de seus alunos também. Em concordância Magalhães (2021, p. 41) ressalta que:

As condições de acesso à internet e a implementação em caráter emergencial das estratégias de ensino remoto também impactaram o trabalho docente, as condições de trabalho e a saúde dos professores. Não é demais lembrar que antes de professores, esses trabalhadores da educação também são pessoas que assumem suas funções de mães, pais ou provedores da família. Com a suspensão das aulas, essas funções se acumularam, uma vez que muitos professores precisam conciliar as atividades de trabalho remoto com os cuidados com a casa, com parentes e, não raro, no apoio e suporte pedagógico aos filhos. No caso dos professores empregados nas escolas privadas a situação de incerteza e insegurança agudiza-se na medida em que a crise econômica obrigou muitas escolas a flexibilizarem contratos de trabalho, reduzirem seus quadros de professores ou mesmo encerrarem suas atividades definitivamente.

Entretanto, entender essas novas mudanças não é uma tarefa simples, como tudo aconteceu de uma forma bem rápida, tudo mudou repentinamente, ninguém estava preparado para lidar com essas adversidades advindas desse contexto pandêmico. É compreensível que esses problemas tenham um impacto direto no trabalho docente, que se tornou ainda mais solitário, por ele estar desempenhando seu trabalho em casa, ou seja, mais um desafio e que aumentou ainda mais as dificuldades já presentes nessa profissão. Oliveira (2020, p. 10) ressalta que:

Nesse sentido, a sobrecarga de trabalho no momento de pandemia é um fator que pode não ter a visibilidade necessária, seja pelo distanciamento social, seja pelo fato de que os arranjos domésticos que cada profissional realiza para cumprir suas tarefas podem não ser socializados nos coletivos escolares. O que pode deixar essa sobrecarga invisível.

Como já exposto anteriormente, a formação escolar é um aspecto importante para a formação humana, uma está ligada a outra, as relações que são estabelecidas em sala de aula fazem parte da construção de vida do indivíduo, tanto os conteúdos científicos que são aprendidos, quanto as relações interpessoais que são construídas nas instituições escolares, sendo ele o aluno, o professor e qualquer profissional que esteja presente na instituição de ensino, e devido a pandemia e o distanciamento social, essas relações não estão sendo feitas. A esse respeito Agebaile (2021, p. 24) entende que:

Como formação humana, a educação acontece em sala de aula e em seus arredores. Os horários de entrada e saída dos estudantes e seus professores constituem-se momentos de alegria, tristeza, medo, ansiedade e, também de algum tipo de esperança, por menor que seja. Encontrar os amigos, saber o que se passa com o menino que se senta ao lado, saber o que se passa com a menina que sempre chega atrasada na aula de história, mas não mede esforços para assistir à aula de matemática.

Todos esses acontecimentos só estão presentes no espaço escolar, no entanto há ainda um agravante que as aulas remotas não possibilitam que o processo de ensino e aprendizagem seja feito de forma completa e adequada, e mesmo que o docente se esforce, a meu ver para que se tenha um ensino amplo e completo é necessário que seja feito de forma presencial. Em função de tudo o que tem acontecido, a educação brasileira ficará com lacunas a serem preenchidas devido a esse modelo de ensino remoto. Mas até que seja possível retornar à normalidade, o ensino remoto é a forma mais segura, pois mesmo com o direito e o desejo de uma educação ampla e completa, o desejo da saúde e da manutenção da vida vêm em primeiro lugar. Também é importante ressaltar que:

O contexto da pandemia colocou em evidência e aprofundou as conhecidas desigualdades sociais e educacionais que o país historicamente comportou. O trabalho docente remoto tem se revelado bastante precário, tanto no ponto de vista da capacidade de suporte das redes públicas de ensino e da capacidade de adaptação dos professores, quanto da participação e acompanhamento por parte dos estudantes (OLIVEIRA, 2020, p. 13).

Essa nova realidade trouxe novos desafios para o docente e a comunidade escolar como um todo, mas também deu destaque a problemas já vivenciados muito antes da pandemia. Nesse sentido Magalhães (2021, p. 40) destaca que:

Talvez o aspecto mais dramático do fechamento temporário das escolas no Brasil tenha sido a ampliação do fosso que separa estudantes negros e pobres daqueles que por suas condições socioeconômicas conseguiram, de fato, minorar, ao menos em parte, os efeitos negativos da interrupção da rotina escolar. As evidentes desigualdades sociais de um país de passado colonial e rígida estrutura de classes exacerbaram-se, potencializando as já flagrantes desigualdades educacionais.

As condições de trabalho integram diretamente a valorização docente. E têm como requisitos diretos que estabelecem e possibilitam a atuação desse profissional em sua área de trabalho, essas condições devem ser garantidas pelo Estado, gerando melhores oportunidades de trabalho, que possibilite a realização de sua tarefa. Que envolva espaços físicos adequados, materiais e equipamentos que facilitem a

atividade desenvolvida pelo profissional, assim todas essas condições são importantes para que o docente desempenhe sua função da forma devida. Desse modo:

As condições de trabalho docente são tradicionalmente estudadas tendo como referência a escola, especialmente sua infraestrutura, os equipamentos que possui, os recursos que oferece. Entretanto, com a situação imposta pela pandemia, que exigiu o distanciamento social e a realização das atividades de ensino remotamente a partir das casas dos próprios docentes, o foco da discussão mudou (OLIVEIRA, 2020, p. 08).

Nesse momento, ao se pensar melhores condições de trabalho docente é devidamente importante o planejamento de mecanismos que auxiliem o docente para essa nova função do trabalho remoto, dando oportunidades para que esse profissional se capacite para o uso dos equipamentos, e dos recursos e programas tecnológicos. Outro aspecto que deve ser pensado é o alto custo para a aquisição de equipamentos, tanto para os professores quanto para os alunos, esses são mais alguns dos aspectos que fomenta ainda mais a desigualdades educacionais (OLIVEIRA, 2020).

Portanto, é nítido que os desafios enfrentados pelo docente no Brasil aumentaram drasticamente, devido à crise sanitária, que desencadeou a Covid-19, reforçado pela má gestão do atual presidente, e cada vez torna-se mais difícil ser professor no País. Cabe aqui salientar que as diversas reformas que foram iniciadas na década de 1990, que perduram atualmente, têm acometido significativamente o campo educacional, e que impõe ao docente a expressa necessidade de elaborar uma reflexão crítica de sua atuação e das propostas que são impostas a ele. E para que a profissão docente seja mais atrativa será preciso nova políticas e reestruturações institucionais, em diversos aspectos, que vão além de bons salários, ou esse pensamento comum que se tem de que o profissional docente é um guerreiro por conseguir inovar diante da precariedade educacional (PAZ, 2014).

Diante do que foi abordado nessa seção, a profissão docente enfrentou e enfrenta diversos desafios e incertezas ao longo de sua carreira. O que ficou bastante evidente diante das análises efetuadas, é que esses impasses são vivenciados desde o início da formação, ainda na condição de estudantes, haja vista que muitas vezes são oriundos de uma classe social baixa, e a formação em licenciatura é um modo de mudança econômica. Ressalta-se o baixo investimento na educação brasileira, a forma como o professor é visto pela sociedade e, principalmente pelo Estado,

igualmente reflete no trabalho desempenhado pelo docente. A falta de estrutura escolar (salas pequenas, sem ventilação, a escassez de materiais que auxiliem na atuação do professor), do mesmo modo reflete nos desafios empregados na carreira docente, a falta de incentivo a formação continuada. Tudo isso somado a um momento em que se enfrenta uma pandemia, em muito aumentada por um governo negacionista, e que não tem propostas viáveis para a sociedade e suas demandas, resulta na constatação de que se está longe de mínimas condições adequadas que valorizem a profissão docente e a educação brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado neste texto monográfico, acerca da construção histórica da educação e docência brasileira, e do papel social do professor diante das demandas sociais e os desafios e incertezas que esse profissional enfrenta durante sua carreira, é nítido que devido a forma em que a educação brasileira foi construída diante dos embates, e seguindo modelos de educação de outros países sem levar em conta a realidade do Brasil que é totalmente diferente dos países europeus e americanos. Dessa forma existem abismos e grandes contradições que precisam ser enfrentadas, principalmente nos momentos em que os recuos se apresentam cada vez mais evidentes.

Inicialmente, abordou-se o processo da construção da educação brasileira, desde a chegada dos padres jesuítas no período de colonização no Brasil e como ocorreu a educação durante o domínio dos padres jesuítas, passando pelo violento período da Ditadura Militar. Destacando as leis e diretrizes importantes que foram estabelecidas ao longo dos anos, sendo focado todo o processo da construção da docência, com ênfase no processo histórico da formação de professores. Após toda a contextualização histórica da educação e docência brasileira, foi abordado o papel social do professor diante das demandas sociais, impostas pela sociedade e as definições que são colocadas pelo poder público para que o docente desenvolva o seu papel na contemporaneidade. Por fim, foi exposto como se dá o trabalho docente diante das condições desafiadoras que são estabelecidas durante toda sua carreira.

O estudo mostrou aspectos da desvalorização docente, no contexto educacional brasileiro. E como se dá à docência e sob qual ótica é vista desde a colonização até os dias atuais. E como essa trajetória contribuiu para o contexto de desvalorização docente, visto que é uma profissão importante para o desenvolvimento do País. Sendo assim, este trabalho teve como pretensão o estudo do contexto educacional brasileiro, a partir da perspectiva das condições em que se dá a desvalorização do profissional docente, com a intenção de colocar em destaque a importância das políticas educacionais para a valorização do professor.

A partir dos resultados obtidos aqui, este texto monográfico tem como pretensão atrair a atenção para o tema, o que pode incentivar outros colegas da comunidade acadêmica a explorarem mais o assunto, com o intuito de acrescentar

ainda mais aprofundamento teórico à essa discussão. Acrescento sobre a relevância de dar continuidade a esta investigação torna-se um compromisso pertinente, não apenas para minha formação, mas para a sociedade como um todo.

Assim, a conclusão estabelecida em resposta ao problema que gerou a pesquisa é que os fatores que contribuem para desvalorização do trabalho docente, se dão devido a forma totalmente conturbada como a educação foi sendo instaurada no Brasil, entre ganhos e perdas. E pelo fato da comunidade brasileira, em grande parte, não dar a devida importância ao trabalho docente como reflexo de alguns governantes, tal qual o atual, que desvalorizam e menosprezam estes profissionais e, por extensão, a própria educação.

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Evangeline et al. **Prefácio**. AFFONSO, Claudia et al. (Orgs.) **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/sv8evs5>>. Acesso em 07 jun. 2021.

AQUINO, Orlando Fernández; BORGES, Maria Célia; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, v. 11, n. 42, p. 94–112, jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 1ª ed. Moderna, 2012. Livro eletrônico disponível em:<<https://fbnovas.edu.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Acervo%20em%20PDF/Hist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20da%20Pedagogia.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; CAMARGO, Carla Roseane Sales. A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital. Educere XII Congresso Nacional de Educação. Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente. IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar. III Seminário Internacional de Representações Sociais- Educação. V Seminário Internacional sobre profissionalização docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). 26 a 29 outubro: **Anais**. Curitiba, [S.n.], 2015. Disponível em:<<https://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=&titulo=A+educa%C3%A7%C3%A3o+na+ditadura+militar+e+as+estrat%C3%A9gias+reformistas+em+favor+do+capital&edio=2015&autor=&area=>>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

CERICATO, Itale Luciene. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 230, p. 273-289, maio/ago. 2016. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812016000200273&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000200273&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DIAS, Érika. PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104. p. 449-455, jul./ set. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v27n104/1809-4465-ensaio-27-104-0449.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2021.

DUARTE, Juliana Calabresi Voss; MENDES, Claudinei Magno Magre. Formação e valorização docente: perspectivas expressas no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Educere XIII Congresso Nacional de Educação. Formação de Professores: Contextos, Sentidos e Práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). 28 a 31 agosto: **Anais**. Curitiba, [S.n.], 2017. Disponível em:<<https://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=&titulo=forma%C3%A7%C3%A3o+e+valoriza%C3%A7%C3%A3o+docente%3A+perspectivas+expressas+no+plano+nacional+de+educa%C3%A7%C3%A3o+%282014-2024%29&edicao=2017&autor=&area=>>>. Acesso em: 12 out. 2020.

ENS, Romilda Teodora et al. Evasão ou permanência na profissão: políticas educacionais e representações sociais de professores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 14, n. 42, maio/ago. 2014. Disponível em:<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6698>>. Acesso em: 16 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Valorização do professor: prioridade política, tensão ou incerteza?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, abr./jun. 2019. Disponível em:<[https://www.scielo.br/pdf/cp/v49n172/pt\\_1980-5314-cp-49-172-260.pdf](https://www.scielo.br/pdf/cp/v49n172/pt_1980-5314-cp-49-172-260.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FERREIRA, Tarcísio José; SILVA, Luís Gustavo Moreira da. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e Docência**, v. 5, n. 2, dez. 2014. Disponível em:

<<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

FREITAS, Carmen Cunha. A função social do professor: concepções em conflito. **Revista Trabalho Necessário**, v. 10, n. 15, jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6870>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação profissional docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Jucimara Bengert. Função social do professor e qualidade da educação: uma imagem em formação. Educere IX Congresso Nacional de Educação. Formação de Professores e Profissionalização Docente. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 outubro: **Anais**. Curitiba, Editora da PUCPR, 2009. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/cd2009/autores\\_j.html](https://educere.bruc.com.br/cd2009/autores_j.html)>. Acesso em: 07 abr. 2021

LIRA, Ildo Salvino de. A desvalorização do trabalhador docente brasileiro: o que dizem os documentos oficiais?. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 13, ed. n. 29, p. 63-72, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/625>>. Acesso em: 12 out. 2020.

LOCATELLI, Cleomar; PEREIRA, Júlio Emilio Diniz. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Caderno de Pesquisa**. São Luís, v.26, n. 03, jul./set., 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12767/0>>. Acesso em: 18 maio 2021.

LUCYK, Viviana Patrícia Kozłowski; GRAUPMANN, Edilene Hatscbach. Desvalorização do trabalho docente brasileiro: uma reflexão de seus aspectos históricos. **Perspectivas Online: Humanas & sociais aplicadas**, Campos dos Goyatacazes, RJ, v. 7, n. 20, dez. 2017. Disponível em:

<[https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/145/946](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/145/946)>. Acesso em: 14 set. 2020.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Consciência socioprofissional e docência: a dimensão ético-política do trabalho docente no contexto da pandemia. In: AFFONSO, Claudia et al. (Orgs.) **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed.

Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/sv8evs5>>. Acesso em 07 jun. 2021.

NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Condições de trabalho docente: novas tessituras das políticas de avaliação para a qualidade. **Revista Centro de Educação**, v. 39, n. 1, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9123>>. Acesso em: 26 maio 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>>. Acesso em: 26 maio. 2021.

PAZ, Fábio Mariano da. Carreira docente no Brasil: desafios e perspectivas. **Avesso do Avesso**, v. 12, 2014. Disponível em: <[http://feata.edu.br/?page\\_id=890](http://feata.edu.br/?page_id=890)>. Acesso em: 26 maio 2021.

RIBEIRO, Paulo Rennes Teixeira. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, SP, n. 4, fev./jul. 1993. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 11 nov.2020.

SÁ, Tiago Tavares de, ALVES NETO, Francisco. Raimundo. A docência no Brasil: história, obstáculos e perspectivas de formação e professores no século XXI. **Revista Tropos**, Rio Branco, v. 5, n. 1, jul. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/461>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS Revista científica**, São Paulo, v. 10, p. 147-167, jul. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100012&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, ed. 112, p. 981-1000, jul./set. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000300017&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300017&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 12 out. 2020.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da; MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 39, p. 1-16, nov. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/68301>>. Acesso em: 16 set. 2020.

TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. Um breve histórico da educação brasileira: sob o signo da precariedade. **Revista Encontros**, v. 13, n. 24, jan./ jul. 2015. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/417>>. Acesso em: 11 nov. 2020.